

O AGRONEGÓCIO DA SOJA E AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA¹

Matuzalem Bezerra Cavalcante – FCT/Unesp
matuzalemcavalcante@yahoo.com.br

Rodrigo Cezar Criado – FCT/Unesp
donycriado@yahoo.com.br

Bernardo Mançano Fernandes – FCT/Unesp
bernardo@pesquisador.cnpq.br

Introdução

Através do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – versão Estrutura Fundiária – realizamos um estudo das mudanças recentes na estrutura fundiária brasileira. No período 1992-2003, as áreas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) aumentaram 108 milhões de hectares. Para compreender as causas dessa imensa expansão, iniciamos a análise da mudança na estrutura fundiária e os impactos socioterritoriais que levaram a essas mudanças. Como recorte territorial delimitamos as microrregiões que tiveram maior aumento de área dos estados de Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul. Essa escolha teve como critério o fato desses estados apresentarem maior crescimento de área do período estudado.

Nosso ponto de partida foi o questionamento de Bernardo Mançano Fernandes (2005) à falha da estimativa de José Eli da Veiga (2003), que previa, de 1995 a 2000, o aumento da participação das unidades familiares na área total dos estabelecimentos rurais e a diminuição da área da propriedade patronal. Essa diminuição não se efetivando direciona nossos estudos para o entendimento das causas.

O desenvolvimento deste trabalho envolve primeiramente uma pesquisa em livros, dados e periódicos sobre o agronegócio da soja dos estados estudados, focalizando os processos de transformações territoriais e formação da estrutura fundiária. Num segundo momento realizamos um levantamento de detecção dos municípios que tiverem o maior aumento de área, para estudar suas especificidades. A terceira etapa parte para o estudo dos impactos socioterritoriais, de acordo com Leal (2003) e Ramalho (2002), nas dimensões política, econômica e social, para o entendimento dessas mudanças territoriais. Assim, verificaremos as transformações no uso da terra no que diz respeito à área plantada (assim como a intensidade da produção agrícola), no número de gado bovino, no desmatamento, nos sistemas de engenharia, na presença de empresas nacionais e/ou internacionais, na implantação de assentamentos e na atuação de movimentos socioterritoriais.

¹ Na elaboração deste trabalho contamos com a contribuição da socióloga Beatriz Medeiros Melo, a partir de sugestões importantes que incorporamos neste trabalho.

Através de nossos estudos compreendemos que essas mudanças estão ocorrendo com maior intensidade nas regiões que estão ingressando no complexo da produção da soja, ou melhor, no limite entre o território da soja e a frente pioneira da fronteira agropecuária.

A expansão do agronegócio dinamiza a economia dessas regiões e transforma a infra-estrutura para atender as necessidades dessa nova realidade. As terras até então semi-utilizadas ou não utilizadas se valorizam e ingressam nesse complexo. Assim, criamos a hipótese que ao passo que o complexo da soja se dinamiza, mais terras são incorporadas pela propriedade privada por meio de diversas formas de aquisição. Dentre elas, a possibilidade de grilagem de terras por causa da falta fiscalização e controle territorial pelo Estado.

Essas mudanças são impactos do agronegócio da soja, que ultrapassa os limites da região concentrada através dos processos de apropriação territorial, monopolização do poder e reprodução do capital. Esses impactos socioterritoriais, causados pelo agronegócio da soja são resultado da articulação global/local para a condução do desenvolvimento territorial concomitante com as diretrizes do capital.

Agronegócio da soja no cerrado e as transformações territoriais

Segundo Lia Osório Machado (1995) e Walter Belik & Luiz Fernando Paulillo (2001), a soja se intensifica no cerrado brasileiro em meio ao esvaziamento da capacidade de financiamento do Estado e o crescimento gradativo do crédito privado das grandes *trading companies* que expandiram suas ações do Sudeste para o Centro-Oeste brasileiro na década de 1980.

O perfil do processo de ocupação do espaço e de financiamento apresenta diferenciações internas no cerrado. Enquanto no Centro-Oeste a “ocupação” foi regulada por uma política de colonização particular e oficial, que envolveram interesses diferenciados de empresários com fluxo migratório controlado pelo Estado; Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins foram marcados pela expansão do agronegócio em função da antecipação espacial do mercado imobiliário, aproveitando a disponibilidade de grandes extensões de terras com bons preços.

Essa expansão incorporou novas áreas agrícolas para a economia nacional e incorporação à sociedade global. Falamos aqui de uma transformação territorial para uma incorporação globalizatória. Nesse sentido, estados e municípios interiorizados nesse território passam a ter a competição como regra de convivência, que de acordo com o pensamento de Milton Santos (2001), condicionam a chegada das técnicas que garantem a reprodução desse território como demarcador de novos “valores” e uma nova ética. Essa nova realidade favorece a morte da Política no seu sentido estrito, considerando que o processo político passa a ser conduzido pelo mercado global, como ideologia e símbolo.

Vários eventos favoreceram o sucesso da expansão territorial da soja como a disponibilidade de terras em grandes dimensões. A forte capacidade produtiva do solo corrigido, os estudos sobre as potencialidades do cerrado na década de 1960, os programas de desenvolvimento, a colonização privada e a iniciativa das grandes empresas exportadoras de grãos de São Paulo na década de 1980, são importantes exemplos.

No que diz respeito às transformações do território, Castillo (2005) enumera nove fatores que caracterizam as mudanças ocorridas no cerrado: a sofisticação, à custa de grandes investimentos do Estado; os enclaves de modernização (espaços alienados); a dependência crescente de informação (técnica e financeira); o surgimento de empresas de consultoria especializadas em produção, logística e transporte agrícola; a grande demanda por bens científicos; a obediência a normas internacionais de qualidade; o novo perfil do trabalho no campo; a informatização da produção agrícola (agricultura de precisão, monitoramento agrícola por sensoriamento remoto orbital); e o deslocamento ou marginalização dos agentes recalcitrantes.

A soja foi escolhida pelo governo brasileiro e pelas empresas e produtores agrícolas como o produto agrícola que auxiliará a economia nacional por meio da exportação. O superávit da balança comercial, tão almejado pelo governo federal, é o “fator de troca” com o complexo empresarial global que se estabelece no território brasileiro como elemento degenerador da Política em seu sentido estrito. Isso implica numa obediência aos novos parâmetros de produção que modela um desenvolvimento voltado para atender a demanda internacional, o que o coloca numa condição de extrema dependência. O capital público brasileiro é destinado para atender as normas técnicas e científicas que condicionam a plantação, a colheita, o armazenamento, industrialização, o transporte e a comercialização. Essa “racionalização” imposta é “contagante” a ponto de tomar conta de todos os setores da sociedade, sendo insensível aos limites do humano e do ecossistema, devido os seus caracteres imediatista, excludente e degradador.

O desenvolvimento da tecnologia se impõe diante do imediatismo do lucro e as relações sociais passam para uma escala inferior no interior de uma hierarquia dos valores. Nesse sentido, as novas territorialidades que a nova tecnologia impõe se mostram extremamente ricas do ponto de vista econômico-lucrativo, mas extremamente pobres no sentido das relações sociais que ela estabelece.

Com os aparatos tecnológicos e infra-estruturais que possibilitam à soja ultrapassar os limites do Sudeste e do Sul, evidencia-se o poder intrinsecamente direcionado para a expansão territorial e a concentração da riqueza produzida. Segundo Bernardes (2003), a produção da soja faz parte do processo de seletividade do capital, mas também de regulação do Estado, que conduz e organiza a sociedade em função da soja. Prova disso são os projetos de desenvolvimento dos estados e municípios que buscam viabilizar infra-estruturas (energia elétrica no campo, abertura e asfaltamento de estradas, construção de aeroportos, etc.), isenção de impostos e outros atrativos de investimentos externos que garantam a chegada do agronegócio da soja. Outro fator a ser destacado é o forte incentivo do governo federal e das empresas multinacionais, que tentam promover uma macroestrutura que dê apoio de produção e logística. É com esse impulsionamento que a soja se territorializa incorporando propriedades rurais de todas as dimensões, até então não-utilizadas ou semi-utilizadas. Também, as políticas de financiamento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial fecham acordos de empréstimos ao Brasil na garantia de dar sobrevivência ao complexo empresarial, que os compõem. Dentre elas as multinacionais que investem na soja brasileira e lideram o mercado mundial de alimentos, como, por exemplo, a Cargill, líder mundial no ramo.

A articulação local-global faz com que fluxos de decisões, técnicas e tecnológicas aconteçam sem o controle do Estado. De acordo com Machado (1995), a expansão e a intensificação da cultura da soja

no cerrado conduzem uma diferenciação crescente de áreas na macroestrutura regional, formatando dinâmicas internas e conexões externas bastante diferenciadas das demais áreas de entorno ainda não incorporadas por essa nova dinâmica. De acordo com essa diferenciação espacial que articula o agronegócio da soja, constituída por redes e nós, formando fluxos diversos, denominamos esse espaço como “território da soja”. Essa denominação ressalta não apenas uma configuração espacial específica, mas também a discussão do “poder”, haja vista que, como nos lembra Claude Raffestin (1993), o território é a apropriação do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais. Sendo assim, o território é um espaço onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, e onde se encontram inerentes relações de poder e interesses.

No que diz respeito às articulações políticas municipais, pode-se dizer que boa parte das prefeituras espera ansiosa a territorialização do circuito da soja em seus municípios. Além da renda gerada, o agronegócio da soja é definidor do direcionamento de investimentos dos governos federais e estaduais para os municípios: asfaltamento de rodovias, energia elétrica no campo, novas escolas e novos hospitais. O comércio se dinamiza, novos serviços são disponibilizados. Enfim, essa ótica de desenvolvimento introduz um dinamismo econômico imediato, na expressão do “moderno”, que é veiculado pelos meios de comunicação que o defende avidamente.

No Jornal Folha de S. Paulo de 19 de novembro de 2005 é noticiado que dentre os 53 novos municípios criados desde 1999, os que se destacam na produção da soja apresentam o maior dinamismo econômico. Dentre eles se destacam os casos do município Luiz Eduardo Magalhães, no Oeste Baiano, que representa 0,06% do PIB nacional, estando entre um dos maiores contribuintes do Estado da Bahia. Nesse mesmo sentido estão os municípios de São Desidério, que possui o 12º maior PIB da agropecuária do país e os municípios de Santo Antonio do Leste e Santa Rita do Trivelatto, no Estado de Mato Grosso.

Alguns dias antes, 4 de novembro de 2005, a Folha de S. Paulo divulgou que a soja tem alavancado a economia dos estados produtores, sendo que o Mato Grosso do Sul apresentou o maior crescimento do PIB nacional.² E assim, o agronegócio é divulgado como a salvação nacional.

Os resultados do *Agrishow Cerrado* (Rondonópolis) nos concedem outra imagem da grande movimentação financeira que o agronegócio da soja é capaz de gerar num curto período de tempo: em cinco dias foram movimentados mais de 1,3 bilhões de reais na venda de silos, armazenagem, fertilizantes, pulverizadores e aviões agrícolas (SODRÉ, 2004).

Enquanto o sucesso dos empreendimentos é propagado, a monopolização das terras e a modernização/especialização dos serviços resultam na exclusão de milhares de trabalhadoras e trabalhadores da cidade e do campo.

Potencialidades do agronegócio da soja

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio no Brasil responde 34% do Produto Interno Bruto e 42% das exportações. No ano de 2003, o Brasil vendeu em produtos agrícolas US\$ 31 bilhões com o saldo positivo de US\$ 26 bilhões, na balança comercial. Em

² Esses dois artigos foram resultados do estudo do IBGE sobre as potencialidades da soja, divulgada no início de novembro.

2004 as vendas chegaram a US\$ 39 bilhões com um superávit de US\$ 34 bilhões. Em 2005 a previsão é que as exportações alcancem a cifra de 42 bilhões com um saldo comercial de 37 bilhões. Apesar dos recordes, de 2000 a 2005 está havendo uma redução do crescimento percentual das exportações. Enquanto 2004 as exportações cresceram 27% em relação a 2003, em 2005 o crescimento foi de 8% em relação a 2004.

A soja, o mais expressivo produto do agronegócio no Brasil, representou em 2004 cerca de US\$ 10 bilhões e 8,8 bilhões em 2005. Essa diminuição foi em decorrência da queda dos preços externos de 15%. Os baixos preços tendem a permanecer estáveis devido a grande safra de grãos norte-americana, que em 2006 está prevista a chegar em 80 milhões de toneladas. (CNA) Segundo o IBGE, o Brasil produziu 51,090 milhões de toneladas em 2005 e poderá atingir em 2006, 58,741 milhões de toneladas, 46,4% da produção nacional de grãos. A soja representa 66% das exportações agrícolas e 11% de todo o valor exportado no Brasil. Só o cerrado é responsável por 60% da produção nacional.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no ano de 2003, a produtividade média no Brasil foi de 2.818 kg de soja por hectare plantado, indicador que há 10 anos atrás girava em torno de 2.200 kg/ha. Segundo o Anuário Brasileiro da Soja (2001), produtores de Mato Grosso estão colhendo até 4.200 kg/ha, graças ao forte investimento em técnicas e tecnologias importadas.

O Brasil só se mantém instável diante da conjuntura internacional devido à instabilidade do Real e o baixo desempenho logístico, que apesar de estar em franca expansão, ainda se mantém em patamares muito inferiores que o dos Estados Unidos, seu maior concorrente no comércio mundial da soja (grão, farelo, óleo).

Embora o Brasil esteja crescendo nos números de produção e exportação, o percentual no mercado mundial está diminuindo. Os defensores do agronegócio esperam que o Brasil supere a posição de 25º país exportador e se garanta no mercado internacional com produtos de baixos preços para atender essa demanda. Nesse sentido a logística vem ganhando maturidade sob os imperativos do capital.

As empresas exportadoras afirmam que os altos custos do escoamento da produção no Brasil impedem um maior aumento no volume das exportações. Maria Fernanda Hijjar (2005), coloca o caso do commodities agrícola, que vendem mundialmente com um preço padrão global, o que exige a manutenção de custos baixos do suprimento, da produção e do escoamento para obtenção de lucro e ganho de competitividade no mercado mundial.

Uma forma de escapar do commodities é investir em especialidades, o que é extremamente difícil no caso da soja, pelo fato do financiamento da produção estar vinculado as *tradings*. Essas empresas estão comprando soja antecipadamente através de sementes e insumos e os produtores pagam com grãos. O commodities insere o produtor na aplicação do *just time* do processo produtivo em ganhos em escala. Esse fato estimula o plantio da soja em pequenas e médias propriedades, fato que pode explicar o crescimento nas propriedades desse porte, de acordo com os nossos estudos (2005a; 2005b).

A má gestão das cooperativas brasileiras e o esvaziamento da capacidade de financiamento para a produção pelo Estado desde a década de 1980, fizeram com que ocorressem profundas mudanças

no processo de regulação agrícola brasileiro. Em virtude da decadência do cooperativismo agrícola, a função de originação (armazenamento, articulação de financiamento, transferência de tecnologia, gestão de riscos, etc.) vem sendo coordenada pelas *tradings companies*, transferindo parcelas da margem de lucros e o poder de decisão dos produtores para os interesses da multinacional. Essa condição reduz os produtores a sujeitos passivos do processo de reprodução do capital através do agronegócio.

Mudanças da estrutura fundiária brasileira

A estrutura fundiária brasileira é uma das mais concentradas do mundo e tem sido modificada constantemente pela expansão da fronteira agropecuária pelos programas de reforma agrária, por ações de detecção de terras inconsistentes e pelos novos processos de capitalização das propriedades agrícolas.

Dentre o aumento de 108 milhões de hectares das áreas de propriedades no Brasil, o Estado do Mato Grosso representa 23% desse aumento (24 milhões de hectares), Pará 17% (17 milhões de hectares), Bahia 9% (9 milhões de hectares), Minas Gerais 8% (8 milhões de hectares), Maranhão 6% (6 milhões de hectares), Mato Grosso do Sul 5% (5 milhões de hectares) e Piauí 3% (3 milhões de hectares). Com exceção do Pará, todos esses estados estão tendo a soja em processo de territorialização intensificada. São neles que estão se instalando grandes propriedades produtoras e sistemas de engenharia.

Nossos estudos de identificação dos municípios que tiveram o maior aumento revelam que a expansão do território da soja é o principal agente desse processo. É claro que o que facilita o entendimento dessa expansão das áreas está associado ao avanço da fronteira. O desafio que enfrentamos é o entendimento das causas desse aumento.

Tabela 1 – Brasil: mudanças da estrutura fundiária dos anos 1992, 1998 e 2003

Classes de área		1992		1998		2003	
		Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Total		2.924.204	310.030.752	3.586.525	415.548.886	4.290.531	418.483.332
Pequena	Menos de 1	47.034	24.483,10	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10
	1 a menos de 2	88.408	120.422,40	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50
	2 a menos de 5	343.539	1.168.374,60	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80
	5 a menos de 10	428.783	3.116.262,60	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20
	10 a menos de 25	804.376	13.081.255,30	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20
	25 a menos de 50	477.439	16.679.065,90	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60
	50 a menos de 100	319.256	22.205.515,70	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20
	100 a menos de 200	191.539	26.032.300,20	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80
Média	200 a menos de 500	133.506	41.147.556,90	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20
	500 a menos de 1000	48.873	33.812.939,40	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80
	1000 a menos de 2000	22.374	30.767.926,40	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10
Grande	2000 a menos de 5000	13.982	41.222.330,50	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90
	5000 a menos de 10000	3.190	22.414.364,90	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40
	10000 a menos de 20000	1.187	16.269.632	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20
	20000 a menos de 50000	537	15.610.841,20	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60
	50000 a menos de 100000	113	7.604.137,20	154	10.504.269	32	2.181.546,40
	100000 e mais	68	18.753.343,90	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30

Fonte: DATALUTA

A tabela revela o crescimento das áreas de propriedades, que representou 105 milhões de hectares do ano de 1992 a 1998, com uma expansão em todos os grupos de área, com destaque a grande

propriedade, que foi responsável por 53% da expansão. Questão bastante característica na realidade brasileira é a pequena propriedade ser mais expressiva no aumento do número de imóveis e menos expressiva no total de área acrescida, o que acontece o oposto com grande propriedade. De 1998 a 2003 a expansão foi de três milhões de hectares, o que representa uma queda abrupta em relação ao período anterior. Enquanto a pequena e a média propriedade tiveram um aumento de 798.355,20 hectares e 4.752.069,6 hectares, respectivamente, a grande propriedade teve um decréscimo de 7.976.682,3 hectares. Essa diminuição foi especificamente nas propriedades com mais de 10 mil hectares, fazendo com que a variação acumulada desse período apresentasse um decréscimo de 2.426.257,50 hectares.

Uma das razões da diminuição das áreas dos imóveis de mais de 10 mil hectares, de 1998 a 2003, pode ser explicada parcialmente com o vigor da portaria do Incra n°. 558/99, que excluiu os cadastros de proprietários e detentores de grandes imóveis com suspeita de grilagem. Esse processo teve como critérios básicos à conferência da área e da localização dos imóveis no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal.

Só o Mato Grosso apresentou 0,6% dos imóveis inconsistentes de todo o Brasil, representando 17% da área, campeão do *ranking* dos estados. Teve o total de 525 imóveis, dos quais 302 são “pertencentes” a pessoas físicas e 223 a pessoas jurídicas. No total foram excluídos 12.250.777,10 hectares.

Apesar dessa diminuição de 1998 até hoje, a soja e a pecuária continuam se expandindo, modificando a paisagem e as dinâmicas espaciais na fronteira. Novas dinâmicas econômicas estabelecem novas territorialidades, onde a capitalização das formas de produção e a técnica se engendram indissociavelmente.

No total, entre 1992 a 2003, foram acrescidas na pequena propriedade 36 milhões de hectares. Na média propriedade, 47 milhões de hectares, e na grande propriedade, 25 milhões de hectares.

Considerações finais

Na caracterização da territorialidade da soja, faz-se necessário analisarmos os dados da estrutura fundiária nos estados produtores. Observamos, então, que ocorre uma expansão do número de propriedades e de sua extensão nestas regiões. Este fato confirma a possibilidade de valorização das terras nas áreas em que ela avança. O índice de Gini indica uma tendência para a desconcentração da terra, ao passo que se formam, a cada ano, grandes propriedades na fronteira agropecuária.

A elevada concentração fundiária tem desencadeado, ainda, o agravamento das lutas no campo por desapropriação de terras. Analisando os dados do DATALUTA observamos que o Centro-Oeste é a região brasileira com maior percentual de famílias do meio rural envolvidas em ocupações de terra. Essa realidade pode conduzir fazendeiros que estão em situação irregular, a legalizarem a documentação e/ou cadastrarem suas terras.

A ocupação repentina do cerrado rompeu com as estruturas camponesas, indígenas e de fazendeiros tradicionais. Criou outro sentido às relações de trabalho, ao conteúdo político e às práticas sociais, que viriam, então, a adequar sua territorialidade à nova “região descoberta”, visando à construção de

novas e diferentes formas fundiárias, na qual se “abre” o mercado de terras. O agronegócio da soja, nesse sentido, manifesta-se como uma nova territorialidade carregada de sentidos e potencialidades degeneradoras, daquilo que Milton Santos (2001) chamou de territorialidades genuínas, ou, pelo menos, dos resquícios delas nas relações sócio-culturais do cerrado brasileiro.

O agronegócio da soja intensificou as diferenças. Os proprietários de terras tradicionais conviviam pacificamente com camponeses, estabelecendo regras de uso compartilhado dos recursos naturais. O agronegócio, ao contrário, exige o afastamento, originando casos como no Maranhão, onde a expansão da soja desmata, muitas vezes ilegalmente, savanas e florestas do cerrado, áreas antes usadas por centenas de famílias coletoras de pequi, aroeira e bacuri, como única fonte de sobrevivência. Nesse sentido, a propriedade capitalista acaba por originar uma relação conflituosa de territorialidades mutuamente excludentes.

A transformação territorial impulsiona a solvência das populações tradicionais, que são impotentes diante da força da frente econômica, que é fincada em bases capitalistas com forte poder degeneração. Os povos tradicionais pertencentes ao território de suas posses, forte condicionador de sua identidade, são excluídos e estão condenados a migrarem para outras áreas de fronteira que possibilitem sua sobrevivência.³

Referências bibliográficas

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande da Sul, 2001. pp. 95-120.

BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. Revista Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 21, pp. 157-167, jul./dez. 2003.

CASTILLO, Ricardo; VENCOVSKY, Vitor Pires. A soja nos cerrados brasileiros: novas regiões, novo sistema de movimentos. <http://www.comciencia.br/200404/reportagens/16.shtml>. Acessado em 17/10/2005.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. Revista Nera n. 6. Presidente Prudente: NERA/FCT/UNESP, 2005a.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Mançano; CRIADO, Rodrigo Cezar. Mudanças na Estrutura Fundiária Brasileira. In: CD Room do Congresso de Iniciação Científica, 2005b, Presidente Prudente.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento (CONAB). www.conab.gov.br. Acessado em 11/2005.

CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) www.cna.org.br/cna/index.wsp. Acessado em 12/2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária. 2005. 10 pp. (Inédito)

FOLHA de S. Paulo. Soja impulsiona novo município. 19 de novembro de 2005.

³ Não contamos com a hipótese de proletarianização dos camponeses devido à especialização crescente dos meios de produções e do inchaço de pobres nas cidades, que impossibilita, em grande medida, a sobrevivência dessas famílias.

FOOD and Agriculture Organization (FAO). www.fao.org. Acessado em 10/2005.

HIJJAR, Maria Fernanda. Logística, soja e comércio internacional. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Logística/UFRJ, 2005.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acessado em 11/ 2005.

LEAL, Gleison Moreira. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia. In: BEK CER, Bertha Koiffmann; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro Pinchas. Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP. 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SODRÉ, Márcio. Negócios ultrapassam RS 1,3 bilhão. Jornal A Tribuna, Rondonópolis, 17 abr., 2004.

VEIGA, José Eli. Poverty alleviation through access to land: the experience of the brazilian agrarian reform process. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003, FAO, Rome. http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm. Acesso em: 31/12/2004.